



CRISE E DESENVOLVIMENTO:

O Banco Interamericano de Desenvolvimento como um ator intelectual orgânico regional do capital.

Pedro Henrique Neves¹ • Dezembro de 2013

Resumo:

O presente artigo oferta uma leitura crítica neogramsciana sobre a temática do desenvolvimento econômico e social em termos teóricos e práticos. Especificamente, compõe-se uma leitura acerca da intelectualidade orgânica do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a qual ofertaria indícios acerca das bases superestruturais pelo desenvolvimento no contexto latino-americano. A imagem construída indica, por meio de uma lente gramsciana, o encapsulamento de ideias a forjar um amplo consenso, reproduzido e atualizado em um bloco histórico, acerca desse mesmo amplo tema.

Palavras-chave: Intelectual orgânico, banco inter-americano de desenvolvimento, bloco histórico.

Abstract:

This article offer a neo-Gramscian critical reading on the subject of economic and social development in theoretical and practical terms. Specifically, composed one reading about the organic intellectuality of the Inter-American Development Bank (IDB), which would offer clues about the super-structural bases for development in the Latin American context. The constructed image indicates, through a Gramscian lens, the encapsulation of ideas to forge a broad consensus, reproduced and updated on a historic block, about that same broad topic.

Key words: Organic intellectual, inter-American development bank, historical bloc.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) direcionou 1.127,9 milhões de dólares para 14 projetos em fontes de energia. Aos transportes foram atribuídos 1.603,0 milhões de dólares em 17 projetos (BID, 2000). Tais números são distribuídos entre os países-membro do Banco e aplicados por meio de uma forte construção de idéias, importações de expertise, experiências e construções políticas. Nesse recorte, abre-se a possibilidade para pensarmos como as ideias permeiam as vias operacionais, a estrutura e as ações diretas de financiamento da organização.

Em face de esta preocupação, o presente ensaio expõe o posicionamento do Banco como indício de uma face, desde sua fundação no ano de 1959, de um ator intelectual orgânico regional, o qual atende as demandas sociais do espaço de ação, contudo reforça e atua em proximidade às grandes Instituições Financeiras Internacionais (IFI's). A incipiência de abordagens sobre o BID no modelo pensado implica a construção dessa relação, a qual se funda nas abordagens conceituais do teórico italiano Antonio Gramsci, a compreender a construção do conceito do Intelectual Orgânico e da construção do Bloco Histórico para as Relações Internacionais. Posteriormente, apresentado o BID, faz-se considerações em torno da criação de uma agenda conjunta, pós-Consenso de Washington, a qual cumpriria a

apresentação das reformas de segunda geração com participação do Banco.

O Papel das Organizações

O desenvolvimento tem sido, desde o final da segunda grande guerra, uma interseção no diálogo entre estados, organizações internacionais e a sociedade civil. Segundo Santos (2005) a construção acerca do desenvolvimento é profunda, a indicar bases de pensamento adunadas ao evolucionismo, ao organicismo e à idéia de progresso. A história acerca da temática guia à identificação distinta de fatores limitadores do desenvolvimento (ora endógenos, ora exógenos) aos estados, aludindo as suas condições sócio-econômicas nas relações internacionais¹ Nesses termos, há algumas décadas o debate baseado no desenvolvimento tem trilhado experiências e aplicações heterogêneas e com referenciáveis ramificações. Todavia permanece em aberto e há pouca clareza sobre qual será o próximo passo no embate à pobreza.

Assim, o Banco Interamericano de Desenvolvimento é um ator relevante em tal embate. Porém, conforme Woods (2006), as instituições financeiras internacionais, como o Banco, não são apenas ideias e construções de agendas acerca

¹ Cardoso e Falleto (1974) indicam o atraso dos pobres em função da exploração histórica pelos ricos; em uma linha diferente, Klasen e Lehmann (2009) apontariam como vírus do desenvolvimento a desigualdade social, reproduzida e aprofundada internamente aos estados.

do desenvolvimento. Estas têm capacidade de ação e aplicam, no espaço, as pesquisas e os pensamentos produzidos pelo seu staff. Tal colocação considera que a “instituição se refere a um padrão geral ou categorização da atividade ou de um arranjo particular humano construído, formalmente ou informalmente organizado” (KEOHANE, 1988, p.383). Nesses termos, há a prescrição do comportamento dos atores a moldar expectativas dos mesmos. Assim, a organização apresentaria a capacidade de ação, pois comporta um corpo técnico, sede, burocracias e outras características que reforçam seu papel e imagem. Segundo Elster (2007), as organizações se diferenciariam como atores coletivos, com capacidade de organizar as relações, além de ser fundada num marco histórico. Todavia, as instituições pensadas se aproximam das colocações de Keohane (1988), além de tratadas como modos pelos quais agimos e que podem ser aplicados pela organização. Nesses termos, a prescrição ou direção pode ser pensada, sem serem conscientemente construídas (ELSTER, 2007)².

Dentre as diversas ações possíveis de uma organização é destaque o treinamento e formação do staff, como também, a construção de alianças políticas nos países a aplicação específica das idéias e valores nos mesmos. Woods (2006) re-

² Nesses termos o BID, em face das considerações colocadas, pode ser visto como um ator interessado no campo do desenvolvimento, a aludir suas construções de idéias no combate à pobreza, como também na aplicação destas nos Estados.

força como as ações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional impactaram no acesso ao desenvolvimento nos continentes latino-americano, africano e asiático. Assim, alguns elementos ganham força, como a importação de expertise, o conluio político, o embate e a cooperação com atores sociais internos, etc. Tais apontamentos defrontam Barnett e Finnemore (2004), que apontam as construções do staff das IFI's conforme a agenda de trabalho de economistas e não de antropólogos. Nesses termos, as políticas econômicas pelo desenvolvimento cairiam num quadro de tentativa e erro, prescrito e ligado a agendas macroeconômicas, a qual apontaria para uma via de isenção nas ações dos atores³.

Todavia, os autores reconhecem que às ações do FMI não apenas regulariam as ações dos Estados, mas fariam parte da construção das mesmas por meio de dois elementos de suma importância que são as condicionalidades e a assistência técnica (expertise)⁴. Ainda, esses mesmos não se dariam apenas na demanda dos Estados, mas em um viés de expansão do controle da economia doméstica a constituir um regime econômico regulamentado (BARNETT e FINNEMORE, 2004). Por fim, postadas algumas

³ Nas palavras dos autores, “o FMI é composto por economistas e não por antropólogos ou cientistas sociais” (p.47).

⁴ Ambos tidos como garantia ou tentativa de se obter êxito na aplicação das mudanças econômicas.

considerações acerca da relevância das IFI's, passa-se a preocupações sobre a construção intelectual. Nessa linha, o conceito do intelectual orgânico, pontuado por Antônio Gramsci, ganha espaço.

Intelectual: a definição

Apesar de argumentar a possibilidade de existência de diversos tipos de intelectuais, o ator italiano destaca a existência dos intelectuais orgânicos e dos intelectuais tradicionais. A primeira ordem corresponderia a um grupo ligado a uma classe, vide que os grupos sociais “nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2010, p.15)⁵. Por outro lado, a segunda ordem é anterior, seria preexistente, a indicar “uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (Idem, p.16). O clero e militares, que ilustram esse último, traduzem no “espírito de grupo sua ininterrupta continuidade histórica e sua qualificação, eles se põem a si mesmo como autônomos e independentes do grupo social dominante” (Idem, p.17).

⁵ Segundo Semenario (2006), o autor italiano deixa de considerar os intelectuais de forma neutra, aquém da sociedade.

O intelectual orgânico alude à ideia do bloco histórico, a qual pressupõe a existência dos intelectuais na realização de uma função para perpetuar tal bloco (RAMOS, 2005). Nesses termos, o bloco histórico apresentaria a ordem presente não apenas na reprodução material da sociedade, mas também na construção e reprodução das ideias. Assim, “as ideias devem ser entendidas na sua relação com as circunstâncias materiais, que incluem tanto as relações sociais quanto os meios de produção” (idem, p.34). Logo, “ideias e economia estão colocadas juntas. É a superestrutura formada, com multi-influências entre as mesmas” (idem, p.56) e um bloco histórico não poderia existir sem uma classe social hegemônica, pois é ela que dissemina seus ideais que, somados a características econômicas, formam a superestrutura. Ainda, há dois grandes planos que comportam a construção da hegemonia: a sociedade civil e o estado⁶, como “planos que correspondem, respectivamente, à função da hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a aquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, 2010, p.21). Quanto ao papel do intelectual, “os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo domi-

⁶ Quanto à sociedade civil, esta é o campo de batalha das ideologias, de formação de identidades, das atividades intelectuais e onde a formação da hegemonia toma lugar, e quanto à sociedade política, esta é tida como instituições que regulam a sociedade, civil. Seria o Estado e todo seu aparato regulatório coercitivo. (AUGELLI; MURPHY, 1994).

nante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Idem) o que indica importância deste grupo na construção do consenso frente às multidões, além da fundação do aparelho coercitivo do estado, que mantém em vias legais a constância daqueles que não consentem com a ordem. Os intelectuais desempenhariam, conforme as colocações do Bloco Histórico, um papel fundamental para o próprio bloco⁷, não como uma parte social realçada da sociedade, aquém dos seus acontecimentos, mas organicamente atrelados à classe dominante mantendo-a através da sustentação ideológica, tecnológica e organizacional (COX, 1994).

Intelectualidade e Instituição

A temática do intelectual, em perspectivas gramscianas, é um construto que não deve perder o foco na função e papel desempenhados por tal ator social e político. A aplicação do conceito deve seguir um rigor metodológico, por mais que se reconheça que o vocabulário do autor italiano ganhe força quando tocado o objeto em análise (COX, 1994). Frente a presente ressalva, uma importante ferramenta do intelectual é a sua produção material, numa mescla variada entre jornais políticos, revistas de todos os tipos (científico-literárias), filosóficas, periódicos diversos e

até os “boletins paroquiais”. Pereira (2010) avança dentro dessas ressalvas no que diz respeito ao papel político, financeiro e intelectual do Banco Mundial. Considera que ações ligadas a alterações no staff do banco estariam circunscritas aos ditames políticos de poder nos Estados Unidos da América. Nesse sentido, as alterações na presidência do banco (ex: de MacNamara para Wolfwitz) não aludiria apenas às alterações de praxe da organização, mas também às construções políticas conforme a estabilidade/instabilidade hegemônica dos EUA no mundo. Assim, as produções técnicas e o conhecimento acerca do desenvolvimento alteraram, por exemplo, as ações em apoio à revolução verde e a substituição de importações para a defesa e aplicação concisa da agenda neoliberal pós 1980 através da desregulamentação e da financeirização da economia mundial, a elencar o mercado como mecanismo central para o “desenvolvimento” (PEREIRA, 2010)⁸.

Nesse sentido, importa reforçar que “uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. Pelo contrário, o programa de reforma econômica é exatamente a maneira concreta pela qual toda reforma intelectual e moral se apresenta” (GRAMSCI apud SEMERARO, 2006, p.378).

⁷ Cabe entender o bloco histórico como um acontecimento internacional, o qual representaria o desenvolvimento e alcance de uma “forma particular de relações sociais de produção” (RAMOS, 2000).

⁸ *Pontos estes, recuperados de Gowan (2003), apontariam o processo de construção da hegemônica norte-americana após 1970*

O Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Banco Interamericano de Desenvolvimento é forjado na conjuntura política do pós-Segunda Guerra Mundial com o esforço dos países “americanos” pelo desenvolvimento (SCHERMA, 2007). Nesse momento, uma nova incursão econômico-produtiva guiou os Estados Unidos a movimentar grandes somas de recursos para a Europa. Essa recuperação era necessária frente aos objetivos de mercado dos EUA na Era de Ouro do Capital no século XX (HOBBS-BAWM, 1995). Tal era representou a reformulação do capitalismo no mundo, com um avanço profundo na globalização e internacionalização econômica, pontos esses associados com a intervenção do Estado na economia.

Todavia, em meio às alterações dos tempos de glória do pleno emprego, a América Latina estava às sombras e pouca importância era dada para região, até a Revolução Cubana (AYERBE, 2000). Assim, se acumulavam insatisfações em função do “esquecimento” frente à recuperação do continente europeu. “Um dos maiores anseios brasileiros, e também latino-americanos, era a criação de um Banco Multilateral Americano” (SCHERMA, 2007, p.44), que contemplasse as ações do Banco Mundial e dos auxílios estadunidenses para outras regiões. Nessa linha, passos regionais foram dados através da

Operação Pan-Americana desenvolvida pelo Governo JK – Brasil e com os postulados da Comissão Econômica para a América Latina.

Assim, o BID começa a ser desenhado com um fundo de reclamações e de soluções para a América Latina “na necessidade de forjar uma nova instituição na qual suas vozes coletivas prevalecessem” (ODI, 1991, p.2). Em 1959, ao dia 30 de dezembro, entrara em vigor o Convênio Constitutivo do Banco, o qual referencia o objetivo de “contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em vias de desenvolvimento” (BID, 1959, p.5). Dentre suas atividades, destaca-se a promoção da inversão de capitais públicos e privados; uso do próprio capital para financiar o desenvolvimento dos países membros; cooperar e orientar as políticas dos membros; e prestar assistência técnica e executar planos em áreas específicas⁹.

A partir dos processos neoliberalizantes da década de 1980/1990, alguns princípios se tornaram claros no contexto da América Latina. Há a “minimalização” do Estado, em função dos gastos públicos e da ineficiência com um engate, a partir de então, do desenvolvimento nas condi-

⁹ Quanto à força dos estados-membro, os EUA, detêm 30,007% das ações (com poder voto). Somados, Argentina, Brasil, México e Venezuela pontuam 34,177% das ações. Mas, para o convênio destacado há como condição para ser membro regional do Banco, estar antes vinculado a OEA, que, por sua vez, pontua um membro extraregional o pré-requisito de ser membro do FMI (SCHERMA, 2007).

ções do mercado, ou seja, no mercado aberto, nas privatizações e na desregulamentação econômica. Nesses termos, fontes privadas de capital passariam a ditar o ritmo e a alocação do dinheiro nos países pobres (BORON, 2011) e, desde o governo Reagan (1981-89), o BID também orquestrou princípios consentidos com tal modelo de desenvolvimento, como ênfase no capital privado e a promoção da liberalização (OID, 1991). Assim, a aplicação de idéias “consentidas” durante a década de 1980 deixou um grande déficit social nos últimos 20 anos do século XX, e a crença na capacidade de alocação de recursos através do Mercado com a redução do Estado se mostrou falaciosa (CHANG, 1999). Indicadores acerca do aumento da desigualdade e da violência na região, no período em destaque, reforçam a falácia (ORTIZ, et al., 2011).

O modelo de ação da organização nos anos 1990 ancorou a estabilidade macroeconômica com reformas orientadas para o mercado, restringindo o papel do antigo estado desenvolvimentista (SCHERMAN, 2007). E posterior à década de 1990, dá-se uma reformulação nas ações para a região e, assim, faz-se passar

(...) de uma autoridade central para uma descentralizada; considerar o BID como uma organização que ensina, mas que também aprende com os mutuários; passar da cultura de aprovações de empréstimo para uma cultura de resultados efetivos destes, e; necessidade de trabalhar mais de perto com instituições não soberanas governos subnacionais, setor privado e instituições civis (Idem, 2007, p.161).

Tais condições indicam o “retorno” do estado no processo de desenvolvimento econômico e social, como também a ampliação do diálogo para outros atores interessados, inclusive governos subnacionais. Segundo Ortiz e outros (2011), este novo papel do estado, conjugando os atores subnacionais, indicam pontuações claras na política pelo desenvolvimento.

O Informe Anual, lançado em 2000, retrata como a crise de 1998/2001 aprofundou os problemas sociais nas Américas. As alterações no mercado de capitais foram sentidas em toda região da América Latina e o estado se firma no aumento dos esforços na promoção da proteção frente às flutuações externas. Todavia, “as dificuldades macroeconômicas dos anos recentes têm convencidos certos países da necessidade de arranjos institucionais para estabilizar o sistema de proteção fiscal e a manutenção da disciplina fiscal” (IABID, 2000, p.13). Ora, ao mesmo momento que se compreende as falhas do “mercado” é mantido um discurso de estabilidade fiscal. Segundo Bresser-Pereira e Gala (2010), Boschi e Gaitán (2008), após a crise da teoria e prática neoliberal funda-se um momento diferente, que indica elementos do nacional desenvolvimentismo e do neoliberalismo. Todavia, as ações da atual conjuntura não recupera o passado, mas atualiza-o. Assim, no ano em destaque, as principais ações do Banco se centraram na redução da pobreza e no crescimento econômico

da região, através de cooperações técnicas, financiamento de projetos infraestruturais e com empréstimos para a modernização do estado, em prioridade elevada (BID, 2000). Dentre variadas considerações, outro ponto de suma importância foi a aproximação dos governos locais na participação de projetos de planejamento sendo direcionados 50 milhões de dólares como empréstimos através do Programa para Lutar contra a pobreza para reforçar a capacidade de atuação local (Idem, p.51)¹⁰.

Quanto ao ano de 2005, algumas áreas se mantêm na agenda do banco, como a redução da pobreza e a modernização do Estado. Todavia, considerações faltantes em 2000, como questões acerca do meio ambiente e da eficácia do desenvolvimento são lançados. Quanto a este último, aludindo à idéia de *ownership*¹¹, o banco busca a

garantia da aplicação da ajuda conforme a construção e adoção de estratégias eficazes, “e uma cultura institucional e práticas de gestão orientada a resultados” (BID, 2005, p.26). Por último, o Informe Anual de 2010 aprofunda ainda mais sobre essa última temática. Ainda, o presidente do Banco, Sr. Luis Alberto Moreno anunciou, em abril/2011, pontua uma nova plataforma para o desenvolvimento envolvendo as cidades (de tamanho médio) da América Latina e Caribe. O Presidente afirma a alteração na disposição das pessoas no mundo indicando o aumento das cidades em todos os continentes. Ressalta que, as cidades de médio porte, presentes na maioria dos países em desenvolvimento, são uma grande oportunidade para os Estados, pois são cidades emergentes, com crescimento econômico relevante. Além destas referências, alerta o presidente que, as grandes cidades nos países em desenvolvimento tendem a perder espaço, haja vista o crescimento mais acelerado das cidades de médio porte e, nesses termos, o foco no município para prover o melhor desenvolvimento é uma nova plataforma solicitada.

Um composto global pelo desenvolvimento?

Em uma nova conjuntura, a Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE) desenha uma nova agenda para o

esses que internalizaria prescrições com ações dos Estados receptores de ajuda, na dispensa de tutela.

¹⁰ Outro programa defendido pelo Banco fora aplicado no Chile, o *Improving the Efficiency and Management*

of Regional Investment, com empréstimos de \$300 milhões, a envolver a educação, capacitação técnica, construção de estradas e outros mais, a ajudar os municípios num arranjo descentralizado.

¹¹ A definição do termo aponta para a propriedade de algo, todavia, sua aplicação no contexto do desenvolvimento tem sido tratada no bojo da condicionalidade. Logo, “*ownership* está ligado à eficácia da ajuda baseada em políticas no apoio ao desenvolvimento numa forma multidimensional. Na sua forma mais simples, *ownership* é identificado como um determinante fundamental do grau de compromisso para uma certa direção de política” (CASTEL-BRANCO, 2011, p.09); conceito traz a idéia de que “a população deveria se identificar com os programas e projetos e caberia aos governos dirigi-los, se necessário com a assistência externa” (PEREIRA, 2010, p.285), pontos

desenvolvimento com considerações para os países em desenvolvimento, como também para os fornecedores de recursos¹². Logo, três importantes documentos seguem essas mudanças: Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao desenvolvimento (02/03/2005); Agenda para Ação de Acra (04/09/2011); e a Declaração sobre a Efetividade da Ajuda, Busan (01/12/2011).

Em face da necessidade do cumprimento de metas dos Objetivos do Milênio, Paris (2005) reuniu ministros dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como objetivo, o aumento da eficácia da ajuda por meio do reforço das estratégias nacionais como também da responsabilidade mútua dos atores em uma divisão internacional da ajuda (OCDE, 2005). Além dessa chamada, pontuou-se que os países parceiros deveriam se comprometer com “as reformas necessárias para assegurar que os sistemas, instituições e procedimentos nacionais para a gestão da ajuda e outros recursos de desenvolvimento sejam eficazes, responsáveis e transparentes” (OCDE, 2005, p.6). Avançando sobre a eficácia da ajuda, o texto de Acra (2008) traz a necessidade dos países em desenvolvimento assumirem e liderarem as políticas para se desenvolver (ownership) em conjunto com as instâncias internas. Logo, a agenda postula o equilíbrio entre os objetivos e ações através de indicadores comuns, instituições simi-

lares e participação diversificada na ajuda para o desenvolvimento. Além, cabe ressaltar a explícita relação de esforços entre governos dos estados com governanças subnacionais, “na preparação, implementação e monitorização de políticas e planos nacionais de desenvolvimento. Estabelecerão também colaboração com organizações da sociedade civil” (OCDE, 2008, p.3).

A Declaração de Busan (2011) se aproxima dos pontos anteriores e, ainda, são defendidas as alianças entre variados atores, como privados, governos subnacionais, instituições de pesquisa/conhecimento entre outros em função da diversificação dos esforços e fundos para o desenvolvimento. A ajuda para o desenvolvimento, sustentável e inclusivo, exigiria um esforço conjunto no qual há a inclusão da

Taxação e mobilização de fontes domésticas, investimentos privados, aporte para o comércio, a filantropia, os fundos públicos nãoconcessionais e o financiamento para as mudanças climáticas. Ao mesmo tempo em que, novos instrumentos financeiros, opções de investimento, compartilhamento de tecnologia e conhecimento, e pedidos das parcerias público-privado (OCDE, 2011, p.2).

Além dessa abertura, a OCDE reconhece a relevância da cooperação Sul-Sul como fonte de desenvolvimento para além da histórica relação Norte-Sul. Assim, o estado volta a ser reconhecido como ator participante na agenda do desenvolvimento e importaria “fazer um grande uso dos arranjos de coordenação dos estados, incluindo a divisão do trabalho, como também a

¹² Segundo Pereira (2010), nesse período há uma reciclagem do programa neoliberal, a tratar das reformas de segunda geração, as quais buscam restaurar o projeto neoliberal.

abordagem de baseadas em programas, programação conjunta e cooperação delegada” (Idem, p.7), pontos que seriam atrelados por instituições e políticas na soma do estado com demais atores, nacionais e internacionais. Nesses termos, a eficácia da ajuda é defendida como um novo arranjo em favor do desenvolvimento dentro do sistema capitalista internacional, arranjo este que indica a recuperação da prática e da teoria neoliberal por meio de uma ortodoxia controlada, em espaço regional e internacional.

Das condicionalidades e apontamentos finais

A nova agenda do desenvolvimento aponta uma “estória” intrigante acerca do papel das condicionalidades e as ações das IFI’s com os seus membros¹³. Ao longo de décadas o FMI se tornou a principal organização ligada a tal construção. As suas aplicações “substituíram os colaterais de operação de empréstimo com o objetivo de disciplinar o comportamento dos países devedores” (BUENO, 2006, p.30). Nessa linha, com o tempo e com as crises as condicionalidades cambiaram e a baila entre as versões macro/micro esteve ligada às alterações na econômica política internacional¹⁴. Nesses termos, a ow-

nership adentra a mesma perspectiva, tanto por meio do FMI, quanto por meio das construções do BID e da OCDE após a crise e prática neoliberal. Os informes anuais do BID e a agenda em construção da OCDE ilustram a amplitude das políticas da temática¹⁵. Logo, assim se recupera a possibilidade de engenho de um regimento político e econômico internacional, o qual para alguns autores como Gilpin(1987), Gowan (2003), Fiori (2004), justificaria as condições superestruturais de um bloco através do reformulação/restauração de práticas que importariam para o continuum de um domínio.

Nessa linha, o presente escrito vislumbra a possibilidade de uma organização, em um amplo rol de ações possíveis (dentre estas a publicação, produção técnica e expertise, como também desenvolvimento de projetos sociais e repasse de recursos financeiros), corresponder a um papel/função no cenário internacional¹⁶. Dessa ampla agenda, a Eficácia da Ajuda, vinculada a condicionalidade da ownership e ao enquadramento dos governos subnacionais, seria um engenho em construção em um caráter conjuntural

¹³ Para mais sobre a criação das condicionalidades, ver Barnett e Finnemore (2004).

¹⁴ Macrocondicionalidades = External Fund Facility (EFF); Microcondicionalidades = Structural Adjustment Facility – SAF e Enhanced Structural Adjustment Facility – ESAF, correspondendo às décadas de 1980 e 1990. Para mais, ver Bueno (2006).

¹⁵ Segundo Bueno (2006) importa destacar sobre o conceito o fato das condicionalidades serem tratadas como ferramentas de peso para aplicação, ou internalização dos interesses aos Estados em busca de ajuste.

¹⁶ Segundo Cox (1994), as OIS comportariam um arranjo de defesa e desenvolvimento da hegemonia através das aplicações de idéias e normas, na cooptação de elites dos países periféricos e também na absorção de movimentos contra-hegemônicos. Uma organização chave, segundo o autor é a OCDE, a qual atua através das suas objetivas recomendações.

de crise da teoria e prática neoliberal na América Latina, a qual é reforçada e aplicada em âmbitos tanto globais, quanto regionais.

Gramsci destaca que toda alteração de cunho intelectual está diretamente ligada a alterações estruturais na sociedade. Tal ponto indica uma preocupação material histórica, visto que oferta ferramentas para compreendermos as alterações da agenda de trabalho e as publicações das OFI pós-Consenso de Washington. Nesses termos, o BID pode ser analisado e lido como um ator intelectual a desempenhar um papel preponderante no acesso ao desenvolvimento. Tais pontos remetem um pensar cauteloso em face da defesa de trabalhos ligados às boas práticas para o desenvolvimento. Chang (2003) questiona o advento dessas ideias, haja vista que os países ricos, na história, formularam, mas não seguiram os bons intentos e as recomendações.

A conjuntura atual pelo desenvolvimento, por fim, dialoga com o bloco histórico formado após a 2ª Guerra Mundial, o mesmo reestruturado a partir dos 1970 em um viés neoliberal (GOWAN, 2003). Nesse sentido, O BID, apesar de nascer em clamores locais, tem suas ideias e ações próximas às atualizações econômicas internacionais. Nessa linha, Pereira (2010, p.330) destaca que a construção intelectual do Banco Mundial “servia de orientação para as agências bilaterais de assistência ao desenvolvimento e os demais bancos multilaterais (BID, BAD e BAfD)” . Todavia, reconhece-se sua importância

para região, principalmente como ator financeiro, fomentando projetos sociais e com publicações que pontuam o entendimento das crises e o impacto no âmbito regional¹⁷. Por fim, outras variáveis para além do internacional importam para compreender o caminho pensado. Nesse sentido, a compreensão da ideia de sociedade civil amplia o debate podendo tanto contribuir para a identificação da organização como um ator orgânico em comunhão com a pressuposição e práticas de um neoliberalismo reconstruído, ou a refutação dessa mesma. Entretanto, a face atual da organização, em proximidade às novas agendas internacionais pelo desenvolvimento, indica uma divisão internacional do trabalho na qual o Banco cumpre sua “função” financeira, como também intelectual do capital.

Referências

- AUGELLI, E. e MURPHY, C.N, Gramsci and international relations: a general perspective with examples from recent US policy toward the Third World, in: GILL, Stephen (org), Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge University Press. 1994.
- BARNET, M e FINNEMORE, M. Rules of the World. Cornell University Press, 2004.
- BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em <http://www.iadb.org/pt/>. Acesso em 08 de julho de 2011.
- _____. Informe Anual, Disponível em <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/relatorio-anual-6293.html>, 2000. Acesso em 13 de julho de 2011.
- _____. Informe Anual. Disponível em <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/relatorio-anual-6293.html>, 2005. Acesso em 13 de julho de 2011.

¹⁷ Para mais ver, Izquierdo e Talvi (2011)

- ____ Informe Anual, disponível em <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/relatorio-anual-6293.html>, 2010. Acesso em 13 de julho de 2011.
- ____ Convênio Constitutivo, disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=736581>, 1959. Acesso em 15 de julho de 2011.
- ____; Izquierdo, A. e Talvi, E. (coord) One region, two speeds? : Challenges of the new global economic order for Latin America and the Caribbean. Disponível em www.iadb.org/document.cfm?id=35816781 , Acesso em 28 de julho de 2011.
- BOSCHI, Renato e GAITÁN, Flavio, *Gobiernos Progresistas, Agendas Neodesarrollistas y Capacidades Estatales: La experiencia reciente en Argentina, Brasil y Chile*. In: LIMA, M.R.S. et.al. (org). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: Agendas Alternativas ao Neoliberalismo*. 1. ed. rio de janeiro: Edições IUPERJ, 2008. v. 1.
- BORON, Atilio. *Latin American Thinking on the State and Development: From Statelessness to Statelessness*. In: S.Moyo e P. Yeors (orgs), *Reclaiming the Nation*, Londres: Pluto Press, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e GALA, Paulo. *Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento*, *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 4 (120), p. 663-686. 2010.
- BUENO, F. M. *As condicionalidades do Fundo Monetário Internacional*. *Economia Política Internacional*, v. 9, p. 29-39, 2006.
- CARDOSO, F.H. e E. FALETTO. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*, RJ, *Civilização Brasileira*, 2004.
- CASTEL-BRANCO, C.N. *Dependência de Ajuda Externa, Acumulação e Ownership*. *Cadernos Instituto de Estudos Sociais e Econômicos* n. 7, 2011.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. . *História da política exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.1, 2011.
- COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method, in: GILL, Stephen (org), *Gramsci, Historical Materialismo and International Relations*. Cambridge University Press, p. 49-67, 1994.
- CHANG, Há-Joon. *The economic Theory of Development State*, in M, Woo e Cumings (org), *The Development State*, Ithaca, NY: Cornell UP, p.182-199, 1999.
- ____. *Chutando a Escada: estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- ELSTER, J. *Explaining Social Behavior*. Cambridge, CUP 2007.
- FIORI, José Luís. *O poder americano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- GOWAN, Peter. *A Roleta Global: Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do Mundo*. São Paulo: Record, 2003.
- GILPIN, R. *The political economy of Internacional Relations*, Princenton University Press, Princenton, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, v.2, 2010.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KEOHANE, Robert. *International Institutions: Two Approaches*, *International Studies Quarterly*, v. 32, n.4, 1988.
- KLASEN, S e LEHMANN, N. *Poverty, inequality, and policy in Latin America*, The MIT Press Cambridge, Massachusetts, 2009.
- OCDE, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico, disponível em <http://www.oecd.org/home>. Acesso em 22 de julho de 2011.
- ____ Declaração de Paris, disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/56/41/38604403.pdf>, 2005. Acesso em 24 de julho de 2011.
- ____ Agenda para Ação, Acra. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/58/59/41202060.pdf> , 2008. Acesso em 24 de julho de 2011.
- ____ First draft outcome document for the fourth high-level forum on aid effectiveness, Busan, Korea. Disponível em http://www.dochas.ie/Shared/Files/4/First_Draft_Outcome__Doc_HLF4.pdf, 2011. Acesso em 25 de julho de 2011.
- ODI, Overseas Development Institute. *The Inter-American development Bank and Changing Policies for Latin America*. Briefing Papper, 1991.
- ORTÍZ, et al., *A post-Washington consensus approach to local economic development in Latin America? An example from Medellín, Colombia*. Overseas Development Institute, 2011.
- PEREIRA, J.M., *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro: 1944-2008*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 2010.
- RAMOS, Leonardo C.S.. *A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana*. 2005. 219p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005.
- ____. *Materialismo Histórico e Estudos Internacionais*. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci>>. Acesso em 15 de novembro de 2011.
- SANTOS, F. Onofre. *O Fogo de Prometeu nas Mãos de Míidas: Desenvolvimento e Mudança Social*, in CAMPOS, Taiane L.C. (org), *Desenvolvimento, Desigualdades e*

Relações Internacionais, Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 2005.

SCHERMA, M.A, A Atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil (1959-2006), 2007, Dissertação. Programa de Mestrado "San Tiago Dantas" Unesp, Unicamp, Puc-SP, São Paulo, SP, 2007.

SEMERARO, G. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade.. Cadernos do CEDES (UNICAMP), v. 26, p. 373-391, 2006.

WOODS, N. The Globalizers: the IMF, the World Bank and their Borrowers. Cornell University Press, 2006.

¹ Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte - Uni-BH